



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Iguatu

1ª Vara Cível da Comarca de Iguatu

Rua José Amaro, S/N, Bugi - CEP 63501-002, Fone: (88) 3582-4629, Iguatu-CE - E-mail: iguatu.1civel@tjce.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0051000-83.2021.8.06.0091**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum Cível**
 Assunto: **Fornecimento de medicamentos**
 Requerente: **Paulo Régis de Oliveira**
 Requerido: **Procuradoria Geral do Município de Iguatu e outro**

Tratam os autos de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA ajuizada por **Paulo Régis de Oliveira**, qualificado, por intermédio da Defensoria Pública do Ceará, em face do **MUNICÍPIO DE IGUATU e do ESTADO DO CEARÁ**, pessoas jurídicas de direito público interno, consoante exordial.

Aduz o requerente, *ipsis litteris*, que: "(...) paciente de 63 anos, é portador de MIOCARDIOPATIA DILATADA (CID 10: I 42.0), sendo acompanhado pela profissional médica desde 05/02/2016. O paciente necessita fazer uso do medicamento de alto custo ENTRESTO (Sacubitril/Valsartana), 49 mg, de 12/12 horas, na quantidade de 60 comprimidos ao mês".

Para tanto, afirma que: "De acordo com a declaração emitida pela Central de Assistência Farmacêutica, o Município de Iguatu-ce não disponibiliza o medicamento ENTRESTO, cujo princípio ativo é Sacubitril mais Valsartana 24mg/26mg, não sendo possível atender a demanda do paciente."

Aduz ainda que: "já foi submetido a diversos tratamentos medicamentosos fornecidos pelo SUS, porém não houve melhora da função sistólica de VE do Sr. Paulo Régis. A médica informou ainda que o Requerente só apresentou melhora após o uso do medicamento ENTRESTO (antes do uso do medicamento a fração de ejeção era 36%, com o uso de entresto aumentou para 52%)".

Assevera que no item 4.6 do Relatório Médico (fl. 31) , é informado que o uso do medicamento é urgente pois visa evitar a piora do quadro clínico do paciente.

Além disso, aduz que é aposentado e percebe mensalmente um salário mínimo, não podendo custear o tratamento médico sem que prejudique o seu sustento e o de sua família. "Conforme orçamentos em anexo (fl. 33/34), uma caixa do medicamento ENTRESTO (24mg +26mg), com 28 (vinte e oito) comprimidos, custa em torno de R\$ 145,67 (cento e quarenta e cinco reais e sessenta e sete centavos). Sendo assim, o custo mensal é em torno de R\$ 291,34 (duzentos e noventa e um reais e trinta e quatro centavos)."

Junta documentação às fls. 20/34.

Em decisão às fls. 35/39, foi indeferido a tutela de urgência em desfavor do Estado do Ceará e do Município de Iguatu, tal qual requerida na inicial.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Iguatu

1ª Vara Cível da Comarca de Iguatu

Rua José Amaro, S/N, Bugi - CEP 63501-002, Fone: (88) 3582-4629, Iguatu-CE - E-mail: iguatu.1civel@tjce.jus.br

Não consta dos autos, manifestação do requerido, Estado do Ceará, vide certidões de fls. 42, 46, 79 e 83/84.

Na petição de fls. 47/54, o Município de Iguatu pugnou pelo indeferimento da tutela provisória aduzindo, em síntese, ilegitimidade passiva do município.

Réplica às fls. 60/72.

Por meio da decisão de fl. 76 foi anunciado o julgamento antecipado da lide. As partes foram intimadas.

É o que importa relatar.

As provas acompanhantes da inicial prescindem de outras para a formação do convencimento deste órgão judicial.

O polo passivo é legitimado para o pleito, eis que o art. 196 da Carta Magna é claro no sentido de que *“a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção e recuperação”*.

A Constituição do Estado do Ceará reproduziu a obrigação nos seguintes termos: *“Art. 245. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às suas ações e serviços.”*

Embora o sistema de saúde seja integrado por uma rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços públicos, tal sistema é único, compreendendo-se por isso a participação das três pessoas políticas – União, Estados (Distrito Federal) e Municípios – tanto na prestação dos serviços quanto no financiamento dele (art. 198, incisos e parágrafo único, da Constituição Federal).

O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar caso semelhante, já deixou assentado que *“o art. 196 da Carta de República, de eficácia imediata, revela que 'a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitária à ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação'. A referência contida no preceito 'Estado' mostra-se abrangente, a alcançar a União Federal, os Estados propriamente ditos, o Distrito Federal e os Municípios. Tanto é assim que relativamente ao sistema único de saúde (SUS) diz-se do financiamento, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento, da seguridade social, da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, além de outras fontes”* (AgRg em AgIn, 238.328-0 – RS – 2a T. – j. 16.1199 – rel. Min. Marco Aurélio – DJU 18.02.2000 – RT 777/207).

No mesmo sentido:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA ANTECIPADA. REQUISITOS EXISTENTES. DIREITO À SAÚDE. TRATAMENTO MÉDICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES DA FEDERAÇÃO. RESERVA DO POSSÍVEL. NÃO APLICAÇÃO. DECISÃO MANTIDA.

É notório o receio de dano irreparável por se tratar de tratamento médico,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Iguatu

1ª Vara Cível da Comarca de Iguatu

Rua José Amaro, S/N, Bugi - CEP 63501-002, Fone: (88) 3582-4629, Iguatu-CE - E-mail: iguatu.1civel@tjce.jus.br

agravado ainda pelo fato de o paciente encontrar-se internado a espera do procedimento requerido. Quanto à prova inequívoca que comprove a verossimilhança da alegação.

Deve-se considerar que a saúde é tratada na Constituição Federal como um direito de todos e dever do Estado, tratando-se, portanto, de um Direito Fundamental que, segundo entendimento pacífico dos tribunais, pode ser exigido a qualquer ente da Federação, solidariamente, por meio de ação judicial

Os direitos constitucionais à saúde e à vida não podem ser inviabilizados em razão

de alegações genéricas de impossibilidade financeira e orçamentária. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem destacado que não se aplica a teoria da "reserva do possível" nas hipóteses em que se busca a preservação dos direitos à vida e à saúde, pois "ambos são bens máximos e impossíveis de ter sua proteção postergada" (STJ, Segunda Turma, REsp 835.687/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, julgado em 04.12.2007, DJU 17.12.2007). AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E IMPROVIDO.

IN 1469017200880600000. Agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo. Relator: Francisco de Assis Filgueiras Mendes. Comarca: Conversão. Órgão Julgador: 2a. Câmara Cível. Data de Registro: 28/03/2014. www.tjce.jus.br.

E em outro julgado, proclamou que “o direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada a todas as pessoas pela norma do art. 196 da Carta da República. Portanto o poder público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento institucional” (AgRg no RE 259.508-0 – RS – 2a T – Rel. Min. Maurício Corrêa – DJU 16.02.2001 – RT 788/194).

No caso, não há risco de comprometimento das finanças públicas, passando a pretensão, assim, no teste da proporcionalidade constitucional.

Portanto, todos os elementos dos autos indicavam que a paciente estava a sofrer risco à sua saúde, direito fundamental que não pode ser negligenciado pelo Estado.

Desta feita, o promovente demonstrou cabalmente a necessidade de utilização dos materiais indicados na inicial, conforme relatório médico de fls. 33/35.

Ante o exposto, **REJEITO A PRELIMINAR e JULGO PROCEDENTES os pedidos**, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC/2015, para **condenar o Município de Iguatu e o Estado do Ceará a fornecerem ao senhor PAULO RÉGIS DE OLIVEIRA os medicamentos na quantidade determinada em prescrição médica, pelo tempo de tratamento da enfermidade.**

Tendo em conta o transcurso de tempo desde o ajuizamento, para concessão de tutela provisória o autor que deverá apresentar novo laudo médico.

Sem custas, face a gratuidade judiciária.

Deixo de arbitrar os honorários contra o Estado do Ceará face ao entendimento



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Iguatu

1ª Vara Cível da Comarca de Iguatu

Rua José Amaro, S/N, Bugi - CEP 63501-002, Fone: (88) 3582-4629, Iguatu-CE - E-mail: iguatu.1civel@tjce.jus.br

do Egrégio Tribunal de Justiça que não cabe referida condenação quando o vencedor é assistido pelo Órgão Defensorial que faz parte da mesma entidade da Federação, que vencido na ação. Vejamos julgado:

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. HONORÁRIOS DEVIDOS PELO ESTADO À DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL. NÃO CABIMENTO. CONFUSÃO ENTRE O DEVEDOR E CREDOR. HONORÁRIOS DEVIDOS PELO MUNICÍPIO À DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL. CABIMENTO. APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.

1. A Súmula nº 421 do STJ consolidou a impossibilidade da Defensoria Pública em auferir honorários advocatícios quando advindos de sua atuação em desfavor da pessoa jurídica de direito público a qual pertence. In casu, incabível o pagamento de honorários à Defensoria Pública vencedora pelo Estado demandado, uma vez que há confusão entre credor e devedor.

2. Em que pese a alegação de autonomia orçamentária, administrativa e financeira da Defensoria Pública conferida com a superveniência da Lei Complementar nº 132 de 2009, esta não possui personalidade jurídica, motivo pelo qual restaria configurada confusão entre credor e devedor em caso de pagamento de honorários advocatícios por ente ao qual pertence aquele órgão, ocupando, a mesma Fazenda Pública, ambos os pólos da relação obrigacional estabelecida na sentença. Precedente do STF.

3. Possível o pagamento de honorários à Defensoria Pública vencedora pelo Município demandado, uma vez que não há confusão entre credor e devedor, não possuindo o Município qualquer relação ou vínculo com a Defensoria Pública Estadual com a qual contende nesta lide, sendo pessoas jurídicas de direito público distintas.

4. Diante do exposto, CONHEÇO da Apelação PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, reformando-se a sentença para condenar o Município do Crato ao pagamento de honorários advocatícios. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 2ª Câmara Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em votação por unanimidade, em CONHECER da Apelação para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, reformando em parte a sentença adversada, conforme o voto da relatora. Fortaleza, 12 de maio de 2021. MARIA IRANEIDE MOURA SILVA Presidente do Órgão Julgador. (Grifo nosso)

Além disso, no caso concreto, não é razoável que o município suporte essa verba honorária, evitando assim que seja incluído no polo passivo como forma de superar a ausência de condenação do Estado.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório (CPC, 496, §4º, II).

Após o trânsito em julgado, arquivem-se, com baixa definitiva.

Iguatu/CE, 11 de maio de 2022.

Carlos Eduardo Carvalho Arrais

Juiz de Direito